

possibilidade real: numa situação de infiltração partidária, a fragmentação das associações de interesses pode aumentar o poder da classe, especialmente quando os partidos estão *a priori* comprometidos com uma das associações.

Não obstante, ambos os capítulos são interessantes, e relevantes ainda hoje. Existem alguns estudos posteriores sobre o caso português porventura mais completos, pois alguns dos textos reunidos aqui foram publicados em cima do acontecimento. Se isso pode ser considerado uma fraqueza, é também um dos principais atractivos deste livro. De facto, o autor consegue transmitir de forma contagiante a novidade da transição democrática em Portugal, tal como ela foi vivida por alguns académicos nos anos 70. Phillippe Schmitter chegou a Portugal em 1971 para estudar o corporativismo num regime autoritário comprovadamente consolidado. E não se envergonha de relatar que, em 1973, nenhum académico que ele conhecia, incluindo ele próprio, tinha previsto que «Marcello Caetano viesse a ser derrubado, muito menos o colapso rápido e total do regime autoritário em Portugal» (p. 180). Este livro é por isso também um relato despretenso de como um cientista político lidou com desenvolvimentos inesperados, contribuindo para sublinhar a falta de inevitabilidade dos processos de democratização não só em Portugal, mas em todos os outros países que fizeram parte da terceira vaga.

*Alberto Arons de Carvalho, A Censura à Imprensa na Época Marcelista*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Minerva, 1999, 148 páginas.

A releitura do trabalho de Arons de Carvalho voltou a trazer-me prazer e proveito. Vinte e seis anos volvidos sobre a 1.<sup>a</sup> edição, continua a ser o mais completo estudo sobre a censura à imprensa em Portugal do 5 de Outubro de 1910 ao 25 de Abril de 1974. No corpo do livro, o texto manteve-se, apenas com alguns pequenos apuramentos estilísticos. A diferença maior foi no título, que na 1.<sup>a</sup> edição era *A Censura e as Leis de Imprensa*. Nem num nem noutro caso, pois, os títulos correspondem ao verdadeiro âmbito cronológico do trabalho. No primeiro era demasiado geral e, sem qualquer limitação cronológica, poder-se-ia julgar abranger toda a história portuguesa. Agora é demasiado restritivo, pois só no capítulo III trata da censura após a morte política de Salazar, embora, de facto, esta parte preencha pouco mais de metade do texto total.

O livro publicado em Outubro de 1973 pela «Seara Nova», depois de ter sido recusado por outra editora receosa da apreensão, significou um acto de grande coragem. Tanto mais que a «Seara Nova» já tivera várias das suas obras apreendidas, com elevados prejuízos materiais, além de buscas e roubos de livros pela PIDE à sua sede, verdadeiros assaltos sem lei nem regras<sup>1</sup>. Como, aliás, o A. es-

<sup>1</sup> Lembro uma das vezes em que, ao lado de Sottomayor Cardia, como membros da di-

clarece no prefácio à 2.<sup>a</sup> ed., só foi possível passar incólume porque nos encontrávamos em plena campanha «eleitoral» para a Assembleia Nacional e ele próprio era candidato pela oposição. Não porque no domínio da censura (mascarada então de «exame prévio»), a exemplo do que acontecera com a PIDE (mascarada de DGS), como noutros domínios repressivos, a governação marcelista tivesse trazido qualquer abertura. Os censores continuaram a ser os mesmos, os métodos e critérios não se alteraram substancialmente, bem como na DGS as estruturas, os agentes, as torturas, não se haviam modificado relativamente à PIDE. Assinalara-se até um endurecimento repressivo após finais de 1970, princípios de 1971, que nalguns aspectos superou mesmo o salazarismo. Era um indício da crescente debilidade e isolamento interno e externo do regime fascista.

O livro tem muitas qualidades, que merecem ser assinaladas. Em primeiro lugar, o rigor e abrangência com que foi feito o levantamento da legislação que directa ou indirectamente diz respeito ao tema. É uma obra de referência indispensável que nos dá o essencial sem cair num tecnicismo jurídico que tornaria espinhosa ou mesmo hermética a sua leitura para muitos. Deve ser destacada também a preocupação de fornecer

---

recção da empresa, tentámos opor-nos a uma brigada da PIDE que levou livros ao acaso, destruiu, deitou abaixo estantes, deixando tudo num caos, e declarando não precisar sequer de qualquer ordem de busca nem autorização legal.

alguma interpretação dos actos normativos e administrativos em relação com o quadro político em que se inserem. Seria um outro estudo, sem dúvida com interesse, analisar a lógica desses actos no aparelho ideológico dos regimes e governos que se sucederam, correspondendo a diferentes mensagens e utilizando distintos meios e instrumentos. E, em última instância, avaliar a real eficácia das leis neste domínio, que muito variou no largo período considerado, bem como descortinar as reais intenções do legislador, nem sempre explícitas. Superada a ideia do monolitismo do Estado Novo, como se fosse inalienável da sua natureza autoritária, é este um dos domínios onde a evolução e as dinâmicas internas do regime têm expressões mais significativas.

Além disso, ao longo da história do controle ideológico pelo poder político em Portugal, reconhecemos a necessidade de encontrar as correlações entre a natureza intrínseca e a solidez do poder e as necessidades e aspirações da sociedade, aparecendo então mais claras as origens das diferentes linhas de orientação. Assim vimos após a Restauração, com o marquês de Pombal, no último quartel do século XVIII, nas diversas fases do regime liberal, na instabilidade censória da I República (por factores internos e externos) e no percurso não linear do Estado Novo. Seria todo um programa que, obviamente, não poderia encontrar resposta num livro com este objectivo e dimensão, mas para o qual não deixa de prestar

algumas contribuições pontuais válidas.

Deverá sublinhar-se que o autor, não se limitando à mera explanação dos actos legislativos, observa em alguns jornais como o controle se exercia e os efeitos que produzia. Por exemplo, no tempo da I República, os casos significativos de *O Século*, *Diário de Notícias*, *A Luta*, *A República*, *O Mundo*, examinados nas consequências que sobre eles caíram da censura, bem como os movimentos de protesto dos jornais, como em Agosto de 1917.

Também no Estado Novo é avançado algo sobre a multiplicidade de motivações da censura, que mostra bem como esta não deve ser objecto de uma análise linearmente política, como geralmente tem sido. Factor indispensável a ter em conta, sem dúvida, são as limitações culturais dos militares encarregados do exame prévio que frequentemente conduzem a decisões sem qualquer lógica. Mas gostaria de sublinhar, sobretudo, a necessidade de aprofundar quanto os múltiplos critérios em que a censura se apoia evidenciam traços essenciais da ideologia dominante do regime fascista, questão apenas brevemente afluída no livro. Por exemplo, a preocupação que a censura mostra de defender a «ordem pública» está longe de se reduzir à ocultação de manifestações de desagrado político contra o regime ou de acções colectivas de protesto no plano social. A sua preocupação é também — e até por vezes prioritariamente —

ocultar tudo aquilo que sejam factos reveladores de anormalidades da sociedade, e assim eram cortadas as notícias sobre suicídios, crimes passionais ou simples críticas desfavoráveis às arbitragens dos jogos de futebol (como é citado na p. 50). É a fase dos regimes autoritários — como vimos noutros momentos da nossa história, nomeadamente nos fins do século XVIII - princípios do XIX —, em que, para o poder, «ordem pública» e «ordem social» se confundem, sendo esta considerada em relação estreita com a estabilidade política do regime. É um ângulo que foge às habituais abordagens ideológicas do regime fascista português e que, em virtude dos mecanismos engendrados por Salazar para controlar pessoalmente a censura, poderá mostrar--nos aspectos menos conhecidos e significativos das características da ditadura e da mentalidade conservadora do ditador.

Um outro dos não menores méritos do livro é o de não se ter limitado, ao contrário do habitual, à referência aos cortes do texto pelo famigerado lápis azul, mas abranger todo o conjunto dos actos repressivos, desde as apreensões às limitações à constituição das empresas jornalísticas, ao acesso às fontes de informação, ao sigilo profissional, ao direito de resposta, entre outros. E, sem dúvida, entre os factores mais importantes, os que são do domínio oculto e impalpável da autocensura, do controle que o jornalista exerce sobre si próprio, tentando adivinhar, segundo o conhecimento da mentali-

dade dos censores, até onde podia ir<sup>2</sup>. Com interesse, igualmente, a análise do debate que se trava na Assembleia Nacional em torno da Lei de Imprensa desde 1970, onde são visíveis fracturas no regime marcelista, que se agravariam depois, frustrando o seu objectivo de alargamento da base política de apoio.

Bem assinalada também a dependência crescente dos órgãos de informação perante o poder económico e político. Não só a necessidade de meios financeiros mais poderosos para dar resposta aos indispensáveis maiores investimentos nas empresas jornalísticas, mas a utilização por grandes grupos económicos dos meios informativos a favor dos seus interesses, sabendo-se ao mesmo tempo como estavam ao serviço do regime, pois essa concentração de capital dependera em larga medida dos favores e privilégios que ele lhes concedera, e não da supremacia numa luta concorrencial. É quando se torna mais evidente — como o A. justamente faz notar — que «a informação deixa de ser de certa forma uma técnica de formação da opinião pública para se tornar cada vez mais nitidamente uma técnica de controle de opinião pública» (p. 118). Muito útil, igualmente, a visão que nos dá

do que se passa em alguns dos mais avançados países ocidentais, como Alemanha Federal, Grã-Bretanha, França, EUA (neste país, 5 proprietários controlando cerca de 60% da produção jornalística), Bélgica, Dinamarca, Suécia, com números reveladores da concentração e, naturalmente, da diminuição do número de jornais. Fenómeno, aliás, que se verificava desde finais do século XIX nos países mais industrializados, em contraste com o processo tardio em Portugal. Significa — como o A. bem refere — a transformação do jornal «propriedade-de-família» em jornal «órgão de expressão de grupo económico», o que provoca profundas alterações na estrutura, natureza, características e objectivos do nosso quadro jornalístico (p. 121).

Ainda dois reparos finais.

O primeiro tem a ver com um descuido editorial. No capítulo III, nas duas edições igualmente intitulado «A imprensa portuguesa depois de Setembro de 1968», ambas apresentam o n.º 3 designado «O novo regime jurídico da imprensa». Mas no índice da 2.ª ed. não constam as alíneas *f*), *g*), *h*) e *i*). Isto é, para quem se apoiar no índice, ficará com a falsa ideia de que o texto correspondente a estas alíneas foi suprimido.

O segundo diz respeito à ausência de uma bibliografia, tanto mais indispensável quanto é certo que não são já em pequeno número as obras dedicadas a este tema. Algumas são referidas no prefácio à 2.ª ed., outras citadas ao longo do texto. Entre vá-

---

<sup>2</sup> Lembro-me de conversas que tive sobre isto com Ferreira de Castro, a propósito de *A Lã e a Neve*, em que me confessou que para ele o pior censor era o que sentia permanentemente sentado a seu lado, não tirando os olhos do que ele escrevia.

rios, lembremos os trabalhos de José Carlos Vasconcelos, Morgado Florindo, Graça Almeida Rodrigues, Raul Rego, César Príncipe, Fernando Correia, José Magalhães Godinho, António Borges Coutinho, Francisco Salgado Zenha, além de livros coletivos resultantes da recolha de debates ou artigos sobre o estatuto da imprensa, a Lei de Imprensa, a liberdade de imprensa, a política de informação, para apenas referir alguns dos muitos.

O A. não pretende fazer nem sequer esboçar uma história da imprensa portuguesa entre 1910 e 1974. Mas dá um contributo que é, sem dúvida, o de maior valor para a matéria em causa neste período.

JOSÉ TENGARRINHA

*Luís Reis Torgal, A Universidade e o Estado Novo: o Caso de Coimbra, 1926-1961*, Coimbra, Minerva, 1999, 296 páginas.

O livro *A Universidade e o Estado Novo: o Caso de Coimbra, 1926-1961*, do Prof. Luís Reis Torgal, é uma obra essencial para compreender melhor o período do salazarismo, mas é, ao mesmo tempo, um livro profundamente inquietante pelo que revela do comportamento, durante os

anos da ditadura, das universidades portuguesas, em geral, e da Universidade de Coimbra, muito em particular.

Reis Torgal assume com clareza a postura de manter em toda a obra um critério científico rigoroso ou, como ele precisa, «o cuidado de analisar as questões para as procurar compreender e interpretar, e nunca para as julgar», refere, detalhadamente, os problemas metodológicos que uma investigação sobre a Universidade de Coimbra, num período temporal tão próximo, levanta e reconhece quão pouco a historiografia universitária portuguesa se interessou, até ao momento, pelo estudo da universidade no Estado Novo.

Reis Torgal observa que esta situação se verifica também na pouca abundância de estudos da universidade noutros contextos europeus de autoritarismo, nomeadamente na Espanha de Franco, na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler. Será que isto revela algum pudor, alguma vergonha, dos investigadores universitários em desvendar, perante a sociedade, o que foi a atitude desprezível da instituição universitária durante o nazismo e o fascismo? Em boa verdade, muito ao contrário daquelas «instituições livres, mesmo em sociedades governadas por déspotas», orgulhosamente referidas por Giovanni Agnelli nas celebrações dos 900 anos da Universidade de Bolonha, o que nos será mostrado é uma instituição decapitada, conivente com o regime ditatorial, subserviente